



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: AUTO POSTO CATALÃO LTDA.	RECURSO
PROCESSO Nº 01529/2001/003/2006	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3426/2006	
NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

O AUTO POSTO CATALÃO LTDA. foi autuado em 10.05.2006 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 5, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

5. prestar informação falsa ou adulterar dado técnico solicitado pelo COPAM ou pelos órgãos seccionais de apoio;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 15.03.2007, pela URC do Alto São Francisco, multa no valor de R\$ 10.641,00.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração.

A URC COPAM do Alto São Francisco, em 23.09.2010, indeferiu o Pedido de Reconsideração, mantendo a multa aplicada, porém alterando seu valor para R\$10.001,00.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “Prestar informação falsa, tendo em vista que o posto obteve autorização ambiental de funcionamento – AAF, e declarou o empreendedor, que as instalações de seu empreendimento estão aptas a operar de acordo com todas as condições e parâmetros ambientais legalmente vigentes.” (fl. 05).

No recurso, o autuado alega, em síntese, que:

- Houve cerceamento ao direito de ampla defesa e contraditório, uma vez que não foi intimado para realização de audiência de julgamento e tão pouco dos pedidos de prova e apresentação de alegações finais;



-O posto é parte ilegítima para atuar no pólo passivo da autuação, uma vez que contratou profissional habilitado para orientar e diligenciar seu licenciamento;

-Não houve dolo na conduta, uma vez que o empreendedor foi orientado por profissional habilitado a assinar o Termo de Responsabilidade;

- Devem ser aplicadas as atenuantes previstas no art. 68, I, "a", "c" e "e", do Decreto 44.822/2008;

- Requer assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, nos termos do art. 49, §2º, do Decreto 44.844/2008.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

O processo administrativo foi realizado de acordo com os princípios da legalidade e ampla defesa. Nesse sentido, não procede o argumento do autuado de que ele deveria ser pessoalmente intimado dos atos processuais passíveis de lhe acarretar dano, conforme estipula a Lei nº 14.184/2002. Tal decorre do fato que a Lei 14.184/02 tem aplicação subsidiária aos processos administrativos regidos por regulamentação própria, conforme estabelece o art. 1º, § 2º, que determina que os *processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se apenas subsidiariamente os seus preceitos.*

O processo administrativo ambiental em Minas Gerais seguia o procedimento estabelecido no Decreto nº 39.424/1998, até sua revogação pelo Decreto nº 44.844/2008, que contém o novo procedimento. Portanto, haja vista que o Decreto 44.844/2008 esgota o procedimento administrativo no presente caso, não é aplicável a disposição geral da Lei 14.184/2002, mas sim a especial do Decreto 44.844/2008.

Ademais, insta salientar que todos os atos que pudessem acarretar em ônus para o autuado foram regularmente publicados no Diário Oficial de Minas Gerais, sendo, portanto, públicos e de conhecimento geral.

A responsabilidade na esfera ambiental é objetiva, sendo o Auto Posto Catalão a parte legítima para figurar no polo passivo do Auto de Infração e do presente processo administrativo.

Nesta concepção adotada, a do Risco Integral, entende-se que o empreendedor responde por todos os riscos de dano havidos em razão das atividades do seu empreendimento, independentemente de culpa, entendendo-se como tais os decorrentes de quaisquer fatos que, sem a sua existência, não teriam ocorrido, estabelecendo-se, portanto, o nexo de causalidade no sentido de que quando as atividades de seu empreendimento, ou o fato da localização de suas instalações físicas, de qualquer forma, concorrem para o evento causador do dano, responderá civilmente por este. Diante disto, não há que se falar em aplicação da excludente de ato de terceiro.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



Sendo assim, percebe-se que a responsabilidade ambiental tem natureza objetiva, sendo desnecessária a perquirição de dolo ou de culpa quanto a causar dano ao meio ambiente, assim como quanto à própria prática da infração ambiental, bastando, para incidir a responsabilização do agente, a ocorrência de infração a ele imputável.

Vale dizer, ainda, que a multa administrativa também possui natureza objetiva, tornando-se definitiva independentemente da ocorrência de dolo ou culpa do infrator.

As atenuantes mencionadas não se aplicam no caso em apreço, pois o autuado não se desincumbiu do ônus de demonstrar a efetividade das medidas adotadas, a menor gravidade dos fatos ou a sua colaboração com o órgão ambiental.

Incabível a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, haja vista que não há medidas a serem adotadas para reparar o dano ambiental ou corrigir a poluição causada pelo infrator. Isso porque, conforme se verifica em consulta ao SIAM, o autuado obteve Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF em 24.09.2010, no processo administrativo Nº 01529/2001/005/2010.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantendo a multa aplicada no valor de **R\$ 10.001,00**, por estar em conformidade com o art. 83 e art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: